



NOTA DE REPÚDIO

A Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) vem a público manifestar repúdio à aprovação da PEC 37/2011 pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Esta proposta de emenda constitucional, também chamada de PEC da Impunidade, estabelece que a apuração das infrações penais será de competência privativa das polícias federal e civil. Atualmente, por determinação constitucional, o Ministério Público e outras instituições também exercem a atividade de investigação criminal.

Em Goiás, os membros do Ministério Público têm obtido resultados significativos na investigação de crimes, principalmente os praticados por grandes organizações criminosas. Com a aprovação da proposta que tramita no Congresso Nacional, essa atividade será tolhida, gerando retrocesso inaceitável para o sistema de repressão penal.

Se a percepção e os índices de impunidade já são elevados atualmente no Brasil, imagine-se o quanto será prejudicial à democracia se houver monopólio da investigação pela Polícia, órgão do Poder Executivo com estrutura e autonomia limitadas. Uma pergunta fica no ar, diante desse quadro: a quem interessa retirar o poder do Ministério Público?

A AGMP continuará lutando pela rejeição da PEC da Impunidade no Congresso Nacional e espera contar com o apoio dos parlamentares goianos e da sociedade civil organizada.

A Diretoria